



Psicologia USP

ISSN: 0103-6564

revpsico@usp.br

Instituto de Psicologia

Brasil

Romice, Ombretta

Conhecimento, interdisciplinaridade e Psicologia Ambiental

Psicologia USP, vol. 16, núm. 1-2, 2005, pp. 167-178

Instituto de Psicologia

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305123708018>

- ▶ [Como citar este artigo](#)
- ▶ [Número completo](#)
- ▶ [Mais artigos](#)
- ▶ [Home da revista no Redalyc](#)

CONHECIMENTO, INTERDISCIPLINARIDADE E PSICOLOGIA AMBIENTAL

Ombretta Romice¹

Universidade de Strathclyde

Responde às questões - como os métodos da Psicologia Ambiental devem ser discutidos em um enquadramento interdisciplinar; a Psicologia Ambiental pede alguma abordagem metodológica especial; como a intervenção ambiental é determinada pela interdisciplinaridade; quais são estas disciplinas e como elas se relacionam entre si - baseando-se em experiências profissionais como orientador em um projeto com comunidade, com habitação popular e exclusão social em vários países da Europa, e como consultora. Conclui que as abordagens usadas pelas diferentes profissões são muito separadas, e que apenas metas comuns não são suficientes, sendo também necessários um treino conjunto e identidade de valores.

Descriptores: Pesquisa interdisciplinar. Design. Psicologia ambiental. Formação profissional.

Tentarei dar uma resposta às questões propostas, baseando-me em três experiências em que estive envolvida nos últimos três anos; uma como professor e, em particular, como orientador em um departamento de arquitetura ensinando projeto² em comunidade, com e sem a colaboração de um grupo de estudantes de Psicologia Ambiental conduzido pelo Prof. David

1 Arquiteto e *lecturer* no Departamento de Arquitetura da Universidade de Strathclyde (Glasgow, Reino Unido), onde desenvolve estudos e intervenções em participação comunitária e comportamento ambiental. Endereço eletrônico: ombretta.r.romice@strath.ac.uk

2 Neste texto, *design* está sendo traduzido por projeto.

Uzzell³; como consultora para grupos comunitários quanto à discussão sobre o re-desenvolvimento de suas áreas; e como pesquisadora em um estudo da União Européia sobre habitação popular e exclusão social. Neste último estudo, dois anos de pesquisas sobre as melhores práticas em oito países da UE revelaram o impacto potencial que o conhecimento local e a pesquisa ambiental podem ter no desenvolvimento de cenários sustentáveis. Embora o papel da Psicologia Ambiental, neste segundo caso, não esteja explícito, há indicações de que ela pode ser um forte trunfo na regeneração urbana, de um ponto de vista cultural, prático e motivacional.

Assim, a Psicologia Ambiental tem estado, na minha experiência, ligada ao projeto arquitetônico, à renovação urbana, ao gerenciamento e à gestão de bairros, e o relato que ofereço não é, portanto, amplo. Contudo, ele se estende pelo processo urbano total, da análise do projeto ao desenvolvimento das soluções ao projeto; aos efeitos que esta atenção e consideração podem ter ao criar uma responsividade e consciência locais; e ao desenvolvimento de um gerenciamento de bairro e gestão conscientes.

Em relação às três experiências mencionadas acima, quero mostrar que a Psicologia Ambiental:

- é essencial em relação ao projeto (sem entrar em detalhes sobre qual Psicologia Ambiental é e o que faz): ela realmente proporciona uma base e um enquadramento culturais não possuídos pelos projetistas em sua educação e que são, contudo, essenciais ao projeto. Refiro-me aqui ao resultado do projeto, à educação e formação de estudantes como futuros profissionais e ao desempenho ambiental e atitudes profissionais;

3 Professor do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Ambiental e membro do Grupo de Pesquisa em Psicologia Ambiental da Universidade de Surrey (Reino Unido); membro da Rede Cidades-Identidade-Sustentabilidade; Presidente da IAPS - *International Association of People-Environment Studies*; coordenador da *Environmental Psychology* no Reino Unido; editor europeu do *Journal of Architectural and Planning Research*.

- *tem um papel específico*: deve-se dar atenção aos papéis e encaminhamentos recíprocos entre a Psicologia Ambiental e disciplinas e campos com as quais ela se relaciona. Em relação a projeto, ela não deve ser prescritiva, mas sim, *informativa*. Se intencionada como prescritiva, ela é lida como estática, limitadora, negativa. Se a Psicologia Ambiental pretender ser prescritiva quando associada a disciplinas ou práticas objetivando a mudança e transformação desenvolvimental⁴, os resultados serão muito limitados e o papel da Psicologia Ambiental será marginal, assim como o impacto mútuo em cada disciplina. Este é um erro recorrente, talvez decorrente de um problema de *marketing*, ou de falta de convergência de definições quanto a encaminhamentos, interesses e metas desses campos de pesquisa, conhecimento e prática;
- *oferece, neste enquadramento, direções* e o suporte para escolhas baseadas em conhecimento. A Psicologia Ambiental deveria guiar, tornar as ações creditáveis e planejadas de acordo com metas de longo e curto prazo. Ela pode reduzir o risco e aumentar o sucesso (potencial) de iniciativas a longo prazo. A falta de coordenação, as abordagens não-integradas e o planejamento tradicional não podem dar conta do número crescentemente complexo de questões a incluir para um desenvolvimento sustentável;
- *aufere “confiança” e credibilidade* às ações. Neste sentido, ajuda a criar apoios e aceitação; une as ações a lugares; facilita os programas, tornando-os mais específicos ao lugar;
- é usada como um *terreno preparatório* de iniciativas de desenvolvimento / transformação; como *monitoramento do progresso* (para avaliar a responsividade de ações a circunstâncias e a problemas) durante a realização do trabalho; como um instrumento de controle de qualidade quanto à avaliação e execução;

4 Aquelas baseadas -em-projetos nas quais o projeto é um programa de operações objetivando adquirir um conjunto de metas usando uma quantidade mínima de recursos disponíveis.

- constrói, nestes termos, consciência, compreensão e, a longo prazo, protagonismo;
- provoca efeitos nos “usuários” das ações e nos seus “gestores”, algumas vezes confundindo-se essas posições: ela “amacia” as coisas, não apenas garante responsividade. Efeitos nos gestores: cria credibilidade em torno da iniciativa, demolindo a impenetrável aura ao redor dos gestores tradicionais;
- *promove eficiência*. Ela dá confiança a planos, economiza tempo pois, mesmo se torna a realização prática dos processos mais longa, economiza tempo a longo prazo, sendo mais uma prevenção do que uma cura;
- ajuda a afastar *o risco de ensaio e erro* reduzindo o desperdício sócio-econômico-ambiental.

Foco na educação e no treinamento profissional

Não há dúvidas de que a Arquitetura pode ganhar muito da Psicologia Ambiental. Os dois campos são bastante diferentes; a precisão, o rigor da pesquisa pertencem a ambos mas de maneiras muito diferentes, e para propósitos muito diferentes (embora as suas metas, em geral, deveriam/poderiam ser compartilhadas). A educação, o treinamento e a experiência modelam as duas profissões de modo notavelmente diferenciados (Wilson, 1996); as mentalidades se tornam diferentes, o modo de olhar para os problemas, construir os cenários e procurar por soluções correm freqüentemente em planos paralelos e divergentes. Contudo, como representante da profissão Arquitetura, não posso negar haver notado - e talvez ampliado - as limitações de minha profissão desde que comecei a olhar pelo âmbito da Psicologia Ambiental. Não importa quão sofisticado nosso trabalho seja, ele ainda freqüentemente sofre de uma falta de consciência, precisão e compreensão. Os esforços para prevenir as limitações recíprocas são algumas vezes corretamente considerados, algumas vezes mal colocados. Pode ser visto

como um cliché, mas encontrei muita arrogância, ou presunção, de ambos os lados, ou uma incapacidade de se comunicar para uma formulação de problemas de um modo que faça sentido para ambos, ou que gere interesse no outro.

Um mal-entendido comum da profissão Arquitetura é perceber a Psicologia Ambiental como sendo sobre *preferências* quanto ao projeto. Neste sentido, ela é percebida como uma ameaça, e facilmente descartada na área de educação e treinamento em projeto.

Gifford (1999) diz que o público é mais perspicaz em reconhecer o valor e a importância da Psicologia Ambiental, enquanto os seus colegas psicólogos não partilham esta visão e falham em reconhecer sua relevância.

Para Groat, Hubbard, & Gifford (1996), a interpretação de um projeto ocorre a partir de suas propriedades conceituais. Essas são constructos humanos que diferem entre grupos, sendo, freqüentemente, fonte de interpretações equivocadas, frustração e rechaço. Esforços devem ser feitos para integrar diferentes propriedades conceituais. Se é verdade que a educação modela as propriedades conceituais de modo tão separados, então a integração deve começar nas escolas.

A Arquitetura, o Planejamento Urbano e o Projeto Urbano necessitam instrumentos intelectuais (os dois últimos, em menor medida; necessitam, principalmente, uma sistematização do material disponível), que possam fortalecê-los e torná-los menos arbitrários. A questão a perguntar é: onde está a compreensão dos princípios que podem colocar a Arquitetura verdadeiramente a serviço das pessoas, e como estes princípios são transmitidos? A educação arquitetônica muito raramente se baseia na história dos fracassos em compreender os problemas, em analisar as causas e os efeitos, em considerar as variações e as condições, ou em inventar soluções. Olhar para os fracassos não deve ser entendido como uma atitude perversa. É, ao contrário, um desejo sadio de tentar melhor compreender e criar soluções, sem simplesmente se basear em forças e atitudes aceitas. Quando isto é feito (de um ponto de vista urbano e arquitetônico (ver Jacobs, 1961; Lynch, 1960; Newman, 1972; Venturi, 1972), os impactos potenciais são valiosos e pode-

rosos. Por exemplo, doutorandos em Planejamento/Arquitetura trabalhando juntos, planejando e usando a Psicologia Ambiental como parte de seu embasamento teórico.

Sobre o papel potencial da Psicologia Ambiental no desenvolvimento sustentável

Há um acordo de que a sustentabilidade inclui qualquer atividade que proporcione benefícios econômicos, sociais e ambientais mutualmente reforçadores sem comprometer as necessidades das gerações seguintes (ODMP, 2002).

O crescente desenvolvimento está ligado ao capital local social e cultural devido ao amplo conhecimento dos fracassos quanto ao planejamento no passado, quando foram incapazes de alcançar condições de vida partilhadas e aceitáveis por meio de planos governamentais de habitações na Europa e nos EUA.

Por exemplo, no estudo financiado pela União Européia (NEHOM), realizado em 8 nações, dentre os 26 estudos sobre práticas locais significativas em desenvolvimento de bairro, um certo número de casos bem sucedidos começou a surgir em estudos realizados ou por consultores chamados pela municipalidade e trabalhando com grupos locais, ou por grupos locais apoiados por profissionais. Este trabalho preparatório criou uma base crível e sólida para aqueles envolvidos em aplicar a iniciativa. Os profissionais podem lidar com abordagens de baixo para cima quando dispõem de um quadro organizacional e intelectual para contatar e trabalhar com; quando isto está ausente, é provável que inclinar-se-ão para abordagens de cima para baixo.

Embora não possa ser dito que, na base desses estudos, estava a Psicologia Ambiental, ainda assim, a intenção e algumas das abordagens usadas, foram mobilizadas nessa direção. As aplicações potenciais da Psicologia Ambiental, em combinação com disciplinas e ações, é ampla. As implica-

ções podem ser vastas. Se o papel de profissionais em desenvolvimento de bairros for um deles, há implicações potenciais ainda maiores.

Novamente de Nehom, e também da experiência de “Comunidades em Ação” (CIA), temos observado que as políticas de bem-estar parecem sofrer uma transformação: há uma *dimensão “competitiva” sendo usada na distribuição de políticas de bem-estar*. A alocação de fundos - seja nacional, regional ou municipal - é, no que se refere aos programas de renovação e de outros esquemas similares, crescentemente baseada em critérios e na capacidade de propostas/ casos para concorrer por eles. A competição pelos fundos está sendo estabelecida (embora na Itália, por exemplo, antes de 1992 tudo era muito “devido”, em todos os aspectos, a políticas de bem-estar). Os Estados Unidos parecem ter estabelecido o modelo para esta atitude que, de um lado, é saudável porque encoraja a organização mas, de outro, enfraquece a capacidade de sobrevivência daqueles que não podem competir. (Quartiers en Crise Network; Urban Projects⁵; Pilot Projects⁶).

Por exemplo, um dos projetos piloto realizados pela CIA sobre regeneração vai enviar um pedido de verbas aos Estados Unidos. Isso devido ao modo pelo qual os planos de desenvolvimento foram formulados: baseando-os em estudos analíticos e consultorias, métodos da Psicologia Ambiental foram usados por uma equipe de pesquisadores e projetistas. Os membros locais da comunidade foram treinados para usá-los e, agora, são vistos como recursos sociais e, de modo geral, tornaram-se aptos a obter empregos graças às capacidades que desenvolveram.

As aplicações potenciais da Psicologia Ambiental poderiam estar integradas no planejamento de políticas transversais para a regeneração urba-

5 O Programa URBAN, iniciado na União Européia, focaliza o re-desenvolvimento integrado em uma escala de bairro. É planejado para encorajar o desenvolvimento socio-econômico, o re-desenvolvimento de serviços e de infra-estrutura e a renovação ambiental de cidades e bairros deteriorados.

6 *Urban Pilot Projects*, promovido pela União Européia, encoraja as parcerias locais, criando novos trabalhos e atingindo objetivos econômicos de desenvolvimento sem afetar de modo adverso o ambiente ou as características do bairro.

na. De fato, a inclusividade da Psicologia Ambiental é (e seus amplos desenvolvimentos são) um recurso digno de crédito para o seu desenvolvimento porque ela pode manejar e oferecer um apoio e direcionamento importantes a muitas questões ao mesmo tempo.

Para “distritos perdedores”, progressivamente excluídos dos processos urbanos (Franke & Löhr, 2001), a fragmentação em pequena escala se reflete nos diferentes segmentos do mercado habitacional. Moradores em melhor situação podem decidir onde morar, abandonando os distritos “perdedores”. Pesquisas no Reino Unido demonstraram que áreas pobres são muito mais desprovidas considerando-se todos os critérios de privação do que outras áreas populares (*Urban Task Force*, 1999). Desde que condições pobres e bairros pobres parecem se agrupar, criando grupos providos de todos os critérios de privação e estigmatizados grupalmente (desenvolvimental, ecológico, infra-estrutural, econômico e social), há um risco real de algumas destas áreas progressivamente escorregarem de uma viabilidade marginal para o colapso cumulativo (Power, 2000). Esses bairros progressivamente perdem a sua função de redes sociais; às vezes, o aprendizado social tem produzido uma cultura desviante; esses distritos com necessidades especiais de desenvolvimento enfrentam uma perda de reconhecimento pela ‘sociedade central’; sofrendo uma imagem negativa que pode chegar a uma estigmatização do bairro e de seus moradores (Franke & Löhr, 2001).

Em casos como esses⁷, o investimento clássico deve vir acompanhado de auto-ajuda, da iniciativa privada, da colaboração das pessoas concernentes e estar baseado em uma compreensão do fenômeno local atual, das tendências do seu desenvolvimento, de uma consciência sobre os numerosos fatores interligados que desempenham uma parte neste processo. Estando envolvida no estudo dessas áreas e de seu desenvolvimento social, físico e econômico, também comprehendo a limitação para realizar isto apenas a partir de disciplinas isoladas, e a versatilidade que a Psicologia Ambiental pode oferecer.

7 As vizinhanças que passam por esses processos são difusas: áreas centrais da cidade de que testemunham a falta de investimento e a imigração; grandes loteamentos em áreas periféricas (na Itália, 65% da população mora na periferia nos anos 1950-70).

Conclusões

Uma questão quanto ao *uso inadequado* tem estado presente em minha mente até agora, qual seja, o risco de serem “usadas” abordagens diluídas e distorcidas da Psicologia Ambiental para propósitos espúrios; ou seja, o risco de ceder ante a precisão e a eficácia, de desconsiderar os seus procedimentos metodológicos, por avaliar o topo do iceberg como o próprio iceberg. A Psicologia Ambiental é muito mais do que conheço e daquilo que muitos dos praticantes e educadores que se apoiam nela conhecem, mesmo quando incluem-na em suas ações e currículos. Eu própria a *usei*, estive exposta a seus potenciais sob a orientação de um psicólogo ambiental; os resultados são muito diferentes e mostram que esta colaboração profissional vale a pena e é essencial, se pretende usar os resultados para fazer avançar a pesquisa e o desenvolvimento.

... A literatura sobre pesquisa (Philip, 1996) sugere que os arquitetos deveriam procurar por respostas firmes para melhorar os seus projetos, enquanto os psicólogos deveriam procurar coisas para pensar a fim de compreender ou discutir o ambiente (Romice & Uzzell, in print).

... Havia algumas descrenças compartilhadas quanto às atitudes dos outros grupos. Isto pode ser esperado na medida em que se pensa que os estudantes de PA são mais centrados em pessoas e os estudantes de AC são mais centrados em construir (Romice & Uzzell, in print).

... Os estudantes de PA, tendo vindo de disciplinas de psicologia e tendo recebido uma grande ênfase em ética da pesquisa, podem ter percebido o público de um modo diferente dos estudantes AC; por exemplo, os estudantes PA colocaram uma maior importância sobre a privacidade dos residentes, e sentiram que eles tinham um ‘direito’ maior de ser deixados sozinhos; a idéia de gritar para um residente vários andares acima viola os princípios de anonimato dos participantes. A presença de um grande número de estudantes pesquisadores no conjunto residencial pode ter levado os residentes a se sentir pressionados a responder, ou terem se sentido desconfortáveis em suas próprias residências, o que, de novo, levanta questões

éticas sobre como tratamos nossos participantes (Romice & Uzzell, in print).

... Há diferenças notáveis nas preferências e gostos estéticos dos dois grupos de estudantes e de suas leituras (Romice & Uzzell, in print).

Como conclusão, portanto, a experiência mostrou que as abordagens usadas pelas diferentes profissões são muito separadas, e que as metas comuns não são, algumas vezes, suficientes, um treino conjunto e trocas de valores sendo também necessários. O mesmo vale para a prática e para a profissão.

Ombretta, R. (2005). Knowledge, interdisciplinarity and environmental psychology. *Psicologia USP*, 16(1/2), 167-178.

Abstract: The author answers the questions: How should the methods of environmental psychology be discussed in an interdisciplinary framework?; Does environmental psychology require some special methodological approach?; How is environmental intervention determined by interdisciplinarity?; What are these disciplines and how do they relate to one another? - based on her professional experience as a consultant and as the supervisor of a project involving community, popular housing and social exclusion in many countries of Europe. She concludes that the approaches used by the different professions are very isolated, and that having common goals is not enough: joint training and identity of values are also necessary.

Index terms: *Interdisciplinary research. Design. Environmental psychology. Professional education.*

Ombretta, R. (2005). Connaissance, interdisciplinarité et psychologie environnementale. *Psicologia USP*, 16(1/2), 167-178.

Résumé: L'article répond aux questions suivantes: a) comment les méthodes de la psychologie environnementale doivent être mises en discussion dans un encadrement interdisciplinaire; b) si la psychologie

environnementale exige une optique méthodologique spéciale; c) comment l'intervention environnementale est déterminée par l'interdisciplinarité; d) quelles sont ces disciplines et comment elles s'intègrent les unes aux autres - se basant sur des expériences professionnelles en tant qu'orientée dans un projet impliquant la communauté, l'habitation populaire et l'exclusion sociale dans différents pays d'Europe, et en tant que conseillère. Elle en conclut que les optiques adoptées par les différentes professions sont isolées les unes des autres, et que seuls des objectifs communs ne satisfont pas, elles exigent aussi un entraînement conjoint et une identité de valeurs.

Mots-clés: Recherche interdisciplinaire. Psychologues. Design. Psychologie environnementale. Formation professionnelle.

Referências

- Brundtland, G. H. (1987). *Our common future: Report of the World Commission of Environment and Development*. Oxford: Oxford University Press.
- Franke, T., & Löhr, R. P. (2001). Neighbourhood management – a key instrument in integrative urban district development. [Electronic document]. Berlin: German Institute of urban Affairs (DIEU). [Http://www.difu.de/english/occasional/neighbourhood-management.shtml](http://www.difu.de/english/occasional/neighbourhood-management.shtml)
- Gifford, R. (1998). Special places. *Journal of Environmental Psychology*, 18(1), 3-4.
- Gifford, R. (2002). *The handbook of environmental psychology* (3rd ed.). Canada: Optimal Books.
- Hubbard, P. (1996). Conflicting interpretations of architecture. *Journal of Environmental Psychology*, 16, 75-92.
- Hubbard, P. (1994). *Diverging evaluations of the built environment: Planners versus the public*. In Neary, p. 125-135.
- Jacobs, J. (1961). *The death and life of great american cities*. New York: Random.
- Lynch, K. (1960). *The image of the city*. Massachusetts: MIT Press.
- Newman, O. (1972). *Defensible space: People & design in the violent city*. Macmillan: New York.
- Philip, D. (1996). The practical failure of architectural psychology. *Journal of Environmental Psychology*, 16(4), 277-284.

- Ponzo, G., Ceppi, M., Monzeglio, E., & Salvestrini, G. (1992). *Progetto, casa e dintorni. Materiali e metodi per la progettazione architettonica*. Torino: Levrotto & Bella.
- Power, A. (2000). From unlettable homes to urban sprawl. In R. Bate, R. Best, & A. Holmans (Eds.), *On the move*. London: Joseph Rowntree Foundation.
- Romice, O., & Uzzell, D. (in print). Community design studio: a collaboration of architects and psychologists. *Transactions*. (refered Journal by CEBE).
- Wilson, M. (1996). The socialization of architectural preference. *Journal of Environmental Architecture*, 16, 33-34.
- Urban Task Force. (1999). *Towards an urban renaissance*. London: E & FN Spon.
- Venturi, R. (1972). *Learning from Las Vegas*. Boston: MIT Press.

*Recebido em 5.04.2004
Revisto e encaminhado em 23.02.2005
Aceito em : 7.03.2005*